



NOTAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE
LITURGIA E A NECESSIDADE DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Victor Hugo de O. Marques¹

O presente texto, na verdade, são algumas notas sobre a relação entre *liturgia* e a *necessidade de contextualização*. Para isto, serão desenvolvidos, teologicamente, os conceitos de liturgia e de contexto. Na sequência, procurar-se-á evidenciar que entre os conceitos de liturgia e contexto existe uma relação de necessidade.

A palavra

Liturgia (grego: *leitourgía-letourgía-leitourgía-litourgía*) é palavra da raiz *leit* (de *leós-laós* = povo), que significa geralmente ‘público – pertencente ao povo’ e *érgon* (*ergázomai* = agir, operar) no sentido de ‘ação – obra’. O termo assim composto significa diretamente: ‘obra-ação-empresa para o povo’; mas põe em relevo também – mesmo como significado secundário – o valor ‘público’ da ação, pelo que a palavra pode ser traduzida também como ‘ação-obra-empresa pública’²

Do grego, duas são as significações para este termo: uma civil e outra religioso-cultural. Porém o uso religioso-cultural, que significava “serviço que se deve prestar aos deuses por pessoas para isso designadas”³, contém a natureza fundamental que depois foi utilizada na tradução da Septuaginta para falar do culto levítico⁴, ou seja, a noção de serviço, mais que uma simples “ação” (obra) como o uso

¹ Mestre em Filosofia, Professor titular do Curso de Filosofia da Universidade Católica Dom Bosco, Ministro Pastoral da Comunidade da Inclusão.

² NEUNHEUSER, B. MARSILI, S. et alii. *A Liturgia: momento histórico da salvação*. Trad. Anacleto Alvarez. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1986. (ANÁMNESIS 1), p.39.

³ Id. Ibid., p.41

⁴ Nos textos sagrados, a priori, no Primeiro Testamento, o termo Liturgia, em suas diversas formas, é frequentemente usado (na Septuaginta) como tradução dos verbos *sherét* e *abhád* e do substantivo homônimo *abhodáh*. Todas estas expressões hebraicas possuem um sentido de “serviço prestado a alguém”. Contudo, enquanto que *sherét* tem mais a ver com os sentimentos na base do serviço, isto é, dedicação afetuosa e incondicional; já *abhád* é sinônimo de “serviço oneroso” como de um escravo. A intenção dos LXX na tradução da Septuaginta, destacado na obra, era de usar o termo para identificar o “culto levítico” enquanto tal, ou seja, uma forma cultural determinada por um cerimonial próprio fixado nos livros da Lei e

civil enfatizava. Portanto, liturgia, originariamente, pode ser pensada como um “serviço público”. Com esta rápida definição, facilmente se nota duas dimensões importantes: o serviço e a publicidade.

A ideia de liturgia como serviço, *a priori*, abre novas perspectivas. É comum, nos dias atuais e nas diversas manifestações religiosas, associar liturgia aos ritos, símbolos e vestes. Não que tais elementos não sejam “parte” da liturgia, entretanto, quando olhados sob o viés da teologia histórica, fica fácil concluir que eles não constituem a essência da liturgia. Originariamente, como foi mostrado acima, o termo liturgia em seu sentido religioso – tanto grego quanto nos textos bíblico – remete à ideia de serviço propriamente dito. Serviço, em linhas gerais, é uma “prática”, isto é, uma ação que em sua base há um sentimento de dedicação afetuosa e incondicional. De modo específico, a Septuaginta utilizava o termo para caracterizar tudo o que fazia parte da ação cúllica (os atores, as ações e as relações que uniam ações e atores dando o caráter de culto)⁵.

Neste sentido, liturgia enquanto serviço é dinâmica, é movimento; não é, essencialmente, algo estático ou meramente ritualístico. Ademais, a ação, vista em termos de serviço, é uma ação em ‘benefício de’ (prestado a alguém). Destarte a liturgia está para além de sua exteriorização/manifestação (símbolos, e vestes) e não pode estar centrada ou nucleada na mera repetição (ritos). A natureza da liturgia, deste modo, deve ser percebida nas ações, na dinâmica relacional existente durante o serviço, em benefício de algo. Em virtude de sua natureza, a liturgia deve ser harmônica e sintonizada, pensada e amada, sobretudo; já que ela deve estar em função de um fim comum: um benefício, se caracterizando, desta feita, como “serviço”. É justamente por tal razão que não é qualquer ação que libera o caráter litúrgico, mas são todas as ações que estão afinadas para um fim comum, i. é, elas devem ser *teleológicas*.

O fim comum que caracteriza a liturgia está ligado à segunda ideia da originariedade grega da palavra: a publicidade. Toda ação litúrgica é um serviço em vista de uma publicidade. O que significa isto? Duas coisas basicamente: primeiro que esta ação, em si mesma, é coletiva, e por isto pública⁶; e em segundo que esta ação deve estar a serviço da coletividade, do bem comum. Ora, a liturgia só pode ser tomada por serviço se este for assumido por e em benefício da coletividade. Isto significa que não pode ser uma ação individualizada, isolada, muito menos pensando em benefício próprio. Pelo contrário, a liturgia não é para agradar ao pároco, ao bispo ou ao primeiro guardião. Mas é uma ação de

reservada e uma categoria particular de pessoas. Com efeito, o termo exprimia ao mesmo tempo: a) a ação do culto com que se serve a *Iahweh*; b) os atores deste culto; e c) a unicidade de um culto que é verdadeiro e regulamentado por normas divinas e imprescindíveis. (Id. Ibid., p.42).

⁵ Id. Ibid., p.42.

⁶ Id. Ibid., p.39.

todos em benefício de todos. Para tanto é necessário envolvimento de toda a comunidade, e não apenas das benditas “equipe de liturgias”. Uma liturgia, neste sentido, deve ser uma dinâmica comunitária, que envolve a todos e que tem como fim as relações sócio-comunitárias.

Até agora o termo liturgia foi desenvolvido sob uma ótica, se me permite dizer, antropológica – ainda que a base etimológica utilizada para as assertivas anteriores dependa necessariamente de sentidos religioso-cultuais. Isto quer dizer que a afirmação “serviço público” para definir essencialmente a liturgia, de antemão, tem muito pouco de religioso, muito menos de cútico. Ora, o que este desenvolvimento tem a ver com religião, com Igreja, ou com o culto? Tudo. Se por liturgia se pode compreender uma ‘dinâmica que move a todos em benefício de todos’, corolariamente, tal compreensão se equivale ao sentido de divino.

Em nosso entender – e já respondendo às antigas contendas da teologia litúrgica a respeito de onde está a presença real de Cristo no culto eucarístico⁷ (buscar fontes) – a presença do Cristo ressuscitado não se faz presente apenas no padre, nem apenas nos elementos eucarísticos, nem na assembleia reunida, mas nas dinâmicas relacionais que há na assembleia reunida. Não adianta apenas a assembleia se reunir se suas relações, que a faz ser assembleia, não estar sintonizada, dinamizada, harmonizada. Uma assembleia dividida não é assembleia. Deus, na pessoa de Cristo, se faz presente, no culto, nas relações humanas. Esta crença (de que Deus é presença viva e está na base das relações humanas co-existentes na ação litúrgica, na dimensão de Corpo de místico de Cristo) é coerente tanto com o mistério da encarnação quanto com o mistério pascal. No nosso entender, esta é a verdadeira natureza litúrgica: *as ações coletivas/comunitárias em benefício da própria comunidade que se motiva e se move pela certeza da presença de Deus e da experiência do Cristo ressuscitado presente como corpo místico.*

Esta definição, ainda que prévia, de liturgia revela que esta não existe apenas na hora do culto eucarístico e nem somente dentro do Templo, mas em muitas ações da própria comunidade como: uma promoção social pode ser vista como uma grande liturgia; os sacramentos (menores?) como a unção

⁷ Esta é uma discussão épica. A Igreja Católica Romana afirma: “O modo de presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é *único*. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz com que da seja “como que o coroamento da vida espiritual e o fim ao qual tendem todos os sacramentos”. No santíssimo sacramento da Eucaristia estão “contidos verdadeiramente, realmente e substancialmente o Corpo e o Sangue juntamente com a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, o Cristo todo”. “Esta presença chama-se ‘real’ não por exclusão, como se as outras não fossem ‘reais’, mas por antonomásia, porque é substancial e porque por ela Cristo, Deus e homem, se toma presente completo”. (CIC, §1374, grifo nosso.)

dos enfermos, etc., podem ser vistos como uma liturgia; o posicionamento da Igreja frente ao ‘Golpe de Estado’ vivido no nosso país por movimentos mais alinhados politicamente a uma postura conservadora e de direita (sem entrar no mérito desta questão), pode ser encarado como uma magnífica liturgia. Em outras palavras, toda ação eclesial, necessariamente, é, ou deveria, ser litúrgica. Pois a liturgia é o coração da Igreja⁸. Isto revela, conseqüentemente, que oração pessoal não é, propriamente, liturgia. Diz-se isto, aqui, para refutar a tese de muitos que dizem que não participam da vida comunitária, pois “rezam em casa”. A oração pessoal é pressuposto para a liturgia, pois só quem tem uma experiência pessoal de Deus pode ter uma experiência coletiva. Entretanto, uma coisa não substitui a outra, pelo contrário, uma leva a outra. Se a oração pessoal não conduzir à vida comunitária, pode ser um sinalizador de que a experiência não está sendo ainda tão profunda.

Por outro lado, é claro, há um momento em que a liturgia se expressa de modo mais próprio. É claro que toda a Igreja é litúrgica, porém, há momentos que ela precisa ser manifesta de modo mais próprio. Neste caso a Igreja encontrou o culto eucarístico como o ponto culminante para que toda ação litúrgica se converta em uma ação de graças. O culto eucarístico não é somente ele a liturgia, como comumente é dito, mas é o momento em que toda a comunidade tem condições de celebrar (fazer memória) das motivações que estão intrínsecas às ações eclesiais. Neste sentido, diferentemente da ideia de sacrifício, o culto eucarístico é o momento máximo da expressão litúrgica, é quando nossas relações são renovadas na relação/aliança que Deus fez conosco.

O segundo ponto destas notas é a respeito da ideia de contexto. O que se quer dizer por contexto? Contexto são todas as relações *ad extra* da comunidade. Se liturgia, tal como foi explicado acima, foi definida a partir da ideia de relações entre pessoas para finalidades comunitárias, tudo aquilo que permite que estas relações sejam possíveis, exteriormente, é o que se pode chamar de contexto. Neste sentido contexto são as condições materiais que co-existem e sustentam existencialmente as relações interpessoais. Alguns elementos são importantes como: os símbolos e os ritos. Símbolos são signos que representam/expressam a presença de um outrem. Há aqueles que distinguem símbolos de sinais, porém não se entrará neste mérito. De modo geral, tudo o que se pode por no lugar de alguém ou de algo é um símbolo. Os elementos eucarísticos (pão e vinho) são símbolos da presença de Cristo, as imagens e os ícones são símbolos de modelos de vida exemplares que inspiram a caminhada cristã, o

⁸ OLIVEIRA, O. S. de. *Liturgia Anglicana I* Curso de Imersão em Anglicanismo. Belém: Centro de Estudos Anglicanos, s.d., p.11.

fogo e a vela (círio pascal) são símbolos da ressurreição, etc. Os ritos são ordenamentos possíveis mínimos da ação para que a harmonia possa ser visível. Eles se caracterizam por estruturas mínimas de repetição que contribuem para o maior afinamento das ações comunitárias.

Porém, pelo fato de serem elementos visíveis e de fácil compreensão, símbolos e ritos são tomados como a própria natureza da liturgia, enrijecendo-a e reduzindo-a. Há aqueles que prezam, simbolicamente, pelas vestes, como se elas fossem o fim último do ato litúrgico. Nenhum símbolo e nenhum rito podem substituir a natureza da liturgia que não é exterior, mas é intersubjetiva. Sem dúvida que sem ritos e símbolos a liturgia pode ser tornar mera especulação ou fantasia, porém os símbolos e os ritos apenas devem revelar/expressar aquilo que já é experimentado intersubjetivamente pela comunidade. Assim, para que tais elementos exteriores não assumam o lugar da natureza litúrgica – que é justamente aquilo que não é negociável ou substituível – é cogente perceber que ritos e símbolos devem estar atrelados à dinâmica histórica e cultural.

Toda simbologia e todo ritual são históricos e culturais. Histórico no sentido de que é uma produção que tem a marca da temporalidade, i. é, tem um início e, sem dúvida, um fim. A historicidade da simbologia e da ritualística é presente pelas várias mudanças que os tempos exigem. Cada época exige aquilo que é necessidade emergente no momento e pode estar sujeito às mudanças, com mudanças de épocas. Não obstante a historicidade, há também os elementos culturais. Não entrando no mérito da definição de cultura, apenas se pode dizer que uma produção cultural, como o próprio nome já diz: é um produto. Foi pensado em uma época e por alguém ou um grupo. E esta produção/fabricação é exclusiva da ação humana, o que implica dizer que não é algo nem natural (pertencente à natureza), nem algo criado por Deus (criatura divina). Ademais, a produção cultural está ligada a valores, tradições e costumes que um grupo ou vários grupos consideram importantes. Isto significa que não é universal, mas particulares de grupos. Assim, símbolos e ritos são históricos e culturais, em outras palavras, são produções humanas (criadas pela criatividade humana), teve um início, dependem de valores relativos (que estão ligados à tradições regionais, locais, etc.) e que fundamentalmente mudam e podem ter fim. É neste sentido, portanto, que se pode compreender um contexto: *relações materiais que suportam e expressam as ações litúrgicas condicionadas pela historicidade e pela cultura.*

Em terceiro, pretende-se mostrar a relação necessária entre ambos os conceitos. Não existe liturgia descontextualizada. Isto significa que toda ação litúrgica só pode existir pela união entre matéria e forma. Entendendo matéria como contexto e forma como a natureza litúrgica. Neste sentido,

a liturgia é a expressão de uma dinâmica relacional profunda entre as pessoas expressadas histórico e culturalmente. Esta necessidade da relação tem uma base teológica bíblica, qual seja, a encarnação. A Cristologia bíblica ensina que a experiência da ressurreição se dá pelos testemunhos daqueles que afirmam a terem feito. Ou seja, a fé no Cristo tem uma base testemunhal e não uma mera abstração. O Deus de Jesus Cristo é uma experiência que foi transmitida e repassada por aqueles que afirmam tê-la feito. E, dentre estes testemunhos concretos, há uma forte presença da encarnação divina. Neste sentido, a fé que a liturgia deve celebrar é uma fé que crê em um Deus que se revelou a alguns em forma humana e repassou, testemunhalmente, a todos aqueles que a esta fé se aderiram. O que implica em dizer que Deus não escolheu outra forma de se revelar que não a forma limitada humana. Esta forma limitada humana está condicionada pela historicidade e pela cultura, pois são as condições que o próprio criador nos deu.

Outra base bíblica desta *necessidade de contextualização* está na relação entre liturgia e salvação. Toda liturgia tem uma dimensão celebrativa. Celebrar é “comemorar, tornar célebre, fazer festa, ficamos felizes”⁹. Porém, fazer memória aqui não é um mero ato de ‘lembrar’, como algo que só pertence ao passado. Mas memória refere-se ao sentido grego de *Anamnesis*, que em termos gerais, significa uma lembrança que torna presente aquilo que foi lembrado. Especificamente, a liturgia faz memória daquilo que o próprio Cristo mandou¹⁰: sua paixão, morte e ressurreição. Assim, a liturgia, enquanto povo reunido, não recorda aquilo que subjetivamente quer, mas aquilo que foi pedido pelo Senhor em sua última ceia. Reunir, como ato essencial da liturgia, é ademais fonte de vida e santidade. Segundo o autor, toda obra divina é soteriológica, enquanto “ação de Cristo junto ao Pai em favor da humanidade”¹¹, sendo, mediante este olhar, uma verdadeira leitourgia. Toda obra de Deus é tanto salvífica quanto litúrgica. Assim sendo, toda liturgia é salvífica. Em razão desta relação liturgia-salvação, o autor percebe que não há salvação sem um processo de reconhecimento cultural. O ato mais sublime e mais característico da salvação se dá em um momento cultural e histórico determinado: na encarnação de Cristo. Por isto toda liturgia que se pretenda ser salvífica não pode deixar de ser encarnada e inculturada. Nos termos do Orlando:

Nos últimos 50 anos nota-se, no Ocidente, uma preocupação cada vez maior em relacionar a Liturgia com o contexto cultural onde as Igrejas testemunham a ação de Cristo em favor da

⁹ OLIVEIRA, O. S. de. *Liturgia Anglicana I* Curso de Imersão em Anglicanismo. Belém: Centro de Estudos Anglicanos, s.d., p.13.

¹⁰ Lc 22,19

¹¹ Id. Ibid., p.14.

humanidade, para que a Liturgia demonstre, de fato, *o fazer para e o fazer do Povo de Deus, por Cristo, com Cristo e em Cristo*, através do louvor e ação de graças¹².

Esta encarnação da liturgia é bem expressada nos ritos, nos gestos, nos símbolos e nas palavras que tem como base a cultura local. Ademais, tais ritualísticas devem contribuir para que o memorial possa sempre ser celebrado e vivenciado. Liturgia é uma expressão comunitária (por meio de gestos, símbolos e palavras) da “Liturgia-vida”, a fim de tornar inesquecível a ação salvífica de Deus, por Cristo, em favor da humanidade, e que se prolonga até hoje por meio de nós.

Por fim, uma liturgia que não consegue ser contextualizada comete dois equívocos básicos: [a] pode se tornar um mero teatro, já que o que confere a concretude e a realidade para a liturgia é sua expressão da vida histórica e cultural; [b] fere o próprio princípio cristológico bíblico que é a encarnação. Quando o Cristo optou abster da condição divina para experimentar a humanidade na sua integralidade, ele mostrou que a humanidade é uma condição divina e que a salvação precisava de um momento histórico-cultural para acontecer. Não é necessário não querer ser humano para se aproximar de Deus, pois a condição humana é a plena criação divina. Assim uma liturgia que expressa as realidades humanas expressa o divino que dele bebe e contém. Descontextualizar a liturgia, sob qualquer modo, é desacralizá-la. É romper com aquilo que permite o elo com a divindade: a relação humana.

¹² Id. Ibid., p.14.